

# ABILIO QUER PAGAR R\$ 1 MIL PARA FAMÍLIAS ATINGIDAS POR ENCHENTE

**Bruna Cardoso |  
Fernanda Leite**

Após visitar o bairro São Mateus, que foi duramente atingido pela enchente neste domingo, 12, o prefeito de Cuiabá, Abílio Brunini (PL), anunciou vai pagar auxílio emergencial de R\$ 1 mil para famílias que perderam os pertences. Neste domingo, Cuiabá foi "bombardeada" com um grande volume de chuva que deixou bairros alagados. O bairro foi o mais atingido e está localizado próximo à Unic Beira Rio.

"Estamos estudando em chamar a Câmara Municipal de levar a formação emergencial, de encaminhar um projeto de lei que permite a gente criar um auxílio emergencial para essas famílias. Pelo menos para esses dias, porque talvez com esse auxílio permite que elas possam comprar um armário, um fogãozinho, um colchão, para poder ter um pouco de dignidade", disse.

Ele contou que a Assistência Social do Estado já está nos bairros mais afetados fazendo o levantamento da quantidade



Emanoelle Daiane | Secom Cuiabá

de famílias que estão precisando de auxílio e ajuda. Até o momento, foram identificadas cerca de 150 famílias que tiveram as casas inundadas.

Além disso, muitas famílias do bairro São Mateus tiveram que deixar as casas por risco de desmoronamento.

"A gente está vendo que mesmo que diante dessa calamidade financeira que nós estamos passando. Tem gente que está em situação muito pior. E aí, só dar uma cesta básica não vai resolver isso. Eu estou calculando se a gente consegue fazer um valor de R\$ 1 mil", disse.

A capital registrou um forte temporal neste domingo, 12 de janeiro, e tem previsão de outras chuvas fortes ao longo da semana. O levantamento também deverá constar as regiões mais afetadas pela chuva. Neste domingo, a capital registrou estragos após ser atingida por 91 milímetros de chuva. A região mais impactada pelo temporal foi o bairro São Mateus, onde moradores perderam todos os seus móveis.

## CUIABÁ ACERTA VENDA DE MATHEUS ALEXANDRE



AssCom Dourado

**Da redação**

O Cuiabá acertou a venda do lateral-direito Matheus Alexandre ao Sport. O jogador de 25 anos, que também atua como volante, foi negociado por 1,5 milhão de dólares (cerca de R\$ 9,2 milhões). O clube pernambucano adquiriu 70% dos direitos econômicos do atleta, que assinará contrato por quatro anos.

Matheus Alexandre chegou ao Cuiabá em 2023, vindo do Coritiba, e disputou 102 partidas pelo Dourado, com dois gols e três assistências. Sua versatili-

dade e regularidade em campo o tornaram peça importante do elenco nas últimas temporadas.

A negociação de Matheus Alexandre marca mais uma baixa significativa no elenco cuiabanista, que passa por uma ampla reformulação após o rebaixamento à Série B do Brasileiro. Com sua saída, o Dourado já contabiliza 13 despedidas em 2025.

Entre as saídas confirmadas estão nomes importantes como o goleiro Walter, os zagueiros Marllon e Alan Empereur, os laterais Ramon e Juan Tavares, os volantes Fernando Sobral e Filipe Augusto, os meias Lucas Fernandes e Gustavo Sauer, além dos atacantes Jonathan Cafú, Isidro Pitta, Clayson e agora Matheus Alexandre.

Enquanto ajusta seu elenco para a nova realidade financeira, o Cuiabá segue em busca de reforços. Até o momento, apenas dois nomes foram confirmados para a temporada 2025. O primeiro foi o lateral-esquerdo Sander, ex-Sport, que chega com a missão de fortalecer a defesa. Já o segundo reforço é o goleiro Arthur, que chega por empréstimo do Azuriz.

O Cuiabá estreou no Campeonato Mato-grossense com o time sub-20, contra o Operário-VG. A partida terminou empatada no placar mínimo, de 0 a 0. O próximo compromisso do Dourado é contra o Mixto, na Arena Pantanal, e também deve ser disputado pelo grupo sub-20.

## MAURO QUER ACELERAR OBRAS E ENTREGAS

Lucas Cavalcante | SES-MT



**Da redação**

O governador Mauro Mendes (União) afirmou que vai "acelerar ainda mais" o ritmo das obras e entregas neste ano de 2025, em todas as regiões de Mato Grosso.

Mauro destacou o volume de obras em andamento tanto em Cuiabá quanto no interior do estado.

"Estamos conseguindo manter uma performance de investimentos como nunca antes na história do estado, e conseguindo investir cerca de 20% de tudo o que arrecadamos. É um recorde nacional. Esse ano vou acelerar mais ainda. Já estabelecemos metas, objetivos, exigindo cada vez mais desempenho, pra acelerar porque tem muita coisa boa pra entregar", disse ele, em

entrevista à rádio CBN Cuiabá, na segunda-feira (13.01).

Em Cuiabá, o governador citou o grande volume de obras estruturantes sendo construídas diretamente pelo Governo do Estado.

"O Parque Novo Mato Grosso continua avançando. Temos asfalto em bairros que passamos a fazer porque a prefeitura não fazia. Obras na Miguel Sutil começaram, terminamos as obras no Jardim Industrial. Muitas obras no entorno de Cuiabá, asfaltando a estrada velha da Guia, Coxipó do Ouro. Entregamos o Córrego do Barbado, o COT da UFMT, escolas novas. Temos o Hospital Central na reta final, e o Júlio Muller avançando. Ou seja, nós temos em andamento, sem contar o que já entregamos, mais de R\$ 2,5 bilhões de inves-

timento em obras em Cuiabá. Isso só de obras em andamento", frisou.

Esse volume de investimentos, conforme Mauro Mendes, também ocorre em todas as regiões do estado.

"O governo está entregando aí próximo de 1 mil km de rodovias novas asfaltadas todos os anos. Quando pegamos a gestão, tínhamos 6.800 quilômetros de rodovias asfaltadas. E já asfaltamos mais 6.000. Vamos mais que dobrar a quantidade de malha asfaltada nesses oito anos como governador. Na Saúde, temos as reformas e ampliações dos regionais, além dos novos hospitais em Confresa, Juína, Tangará da Serra e Alta Floresta. Já entregamos 100 km de duplicação da BR-163, uma obra espetacular", destacou.

Leia a versão digital do Estadão Mato Grosso no seu celular pelo QR Code ao lado!

FACEBOOK | INSTAGRAM

QUARTA - 15/01  
↑ 28°  
↓ 23°

EDITORIAL

# O futuro se constrói agora

São cada vez menores as chances de a humanidade evitar um desastre planetário decorrente das mudanças climáticas, cujos sintomas já começam a ser sentidos em várias partes do mundo, com secas e chuvas recordes. Para muitos, os riscos parecem distantes, como uma distopia cinematográfica, restrito aos fóruns de debates, universidades e organizações não governamentais. Esse 'negacionismo climático' é até compreensível, principalmente no Brasil, país tão abençoado com terras férteis e clima favorável para o cultivo, a terra onde "em se plantando, tudo dá" como já relatava Pero Vaz de Caminha em sua primeira carta a Portugal.

Acontece que assim como o vírus que causou a pandemia de covid-19, as mudanças climáticas se aproximam de nós de forma praticamente imperceptível. E como já sabemos, a natureza se impõe sem piedade. Os efeitos da crise climática estão cada vez mais próximos e tendem a aumentar nos próximos anos, como uma doen-

ça que começa com uma pequena dorzinha e logo se torna insustentável. É o que aponta o relatório mais recente do Painel Intergovernamental sobre o Clima (IPCC), relatório divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Neste novo levantamento, a organização se dedicou a avaliar as vulnerabilidades naturais e socioeconômicas dos países às mudanças climáticas, em uma tentativa de se adiantar aos impactos regionais e traçar medidas para mitigá-los. E o cenário é nada alentador. A previsão geral para o globo é de uma queda na produção de alimentos, um problema e tanto para um mundo cuja população continua crescendo em ritmo acelerado.

Sobre a situação específica do Brasil, o IPCC aponta risco de queda substancial na produção agrícola, o que tende a aumentar a situação de insegurança alimentar em todo o mundo. Em 2021, uma pesquisa da ONU apontou que 116,8 milhões de brasileiros (cerca de 55% da população) já lidavam com

algum grau de insegurança alimentar, não por causa da seca ou das enchentes, mas por falta de dinheiro. As mudanças climáticas tendem a agravar esse problema.

O IPCC aponta ainda que há um risco crescente de uma crise humanitária devido à migração da população da região Nordeste, comumente afetada por eventos climáticos adversos, que devem se tornar cada vez mais frequentes. Os 'refugiados do clima' vão disputar trabalho, moradia e alimentos mais ao sul, aumentando a pressão sobre as terras agricultáveis do país.

Essa é a realidade prevista para o Brasil, se nada for feito para mudá-la. Seguimos como um carro desgovernado em direção ao abismo, mas ainda é possível desviar dessa rota de colisão. Para isso, cada um de nós deve se atentar ao seu papel na construção de um futuro mais sustentável, além de cobrar de nossas autoridades que façam sua parte para garantir que nossos filhos e netos tenham um mundo para viver, como nós vivemos.

# Câmeras em policiais

Coronel Fernanda (\*)



O debate sobre a instalação de câmeras em policiais militares vem ganhando força no Brasil. O Governo Federal tem insistido na implementação deste aparato nas forças de segurança, destinando somas milionárias para tal. Recentemente, o Ministério da Justiça e Segurança Pública anunciou o repasse de R\$ 27,8 milhões para adquirir 2 mil câmeras para a Polícia Militar de São Paulo.

Embora a ideia de câmeras corporais possa parecer moderna e alinhada com boas práticas de outros países, ela desconsidera as reais necessidades das forças de segurança no Brasil, principalmente neste momento.

Enquanto parlamentar, cidadã e coronel, não posso deixar de apontar o que deveria ser prioridade: pessoas. O principal problema da segurança pública hoje é a falta de efetivo. Não há homens suficientes nas ruas para garantir a segurança da população e é mais do que urgente a reposição de efetivo, algo que não vemos o Governo Federal tratar com a devida seriedade e necessidade.

Além disso, os profissionais que hoje estão na ativa carecem de treinamento contínuo. Na prática, o treinamento para o uso de armas letais ocorre no início da carreira e, depois disso, é raro e insuficiente. Quando realizado, são poucas horas, o que é inaceitável, considerando o risco que esses homens e mulheres enfrentam diariamente. Investir em treinamento de armas letais, eu sei, é caro, mas indispensável.

Outro ponto negligenciado é o apoio psicológico aos nossos agentes de segurança. Nunca vimos tantos surtos de policiais como agora. É cada vez mais comum casos de depressão e até de suicídio entre esses profissionais, reflexo da

falta de acompanhamento psicológico e psiquiátrico. Como esperar que esses homens e mulheres consigam desempenhar suas funções sem o devido suporte emocional?

O Governo Federal, ao priorizar as câmeras corporais, está invertendo completamente as prioridades. Não adianta ter câmeras se faltam policiais nas ruas. Não adianta ter armas se não há quem as manuseie. Não adianta ter armamento se o profissional não está adequadamente treinado ou em condições psicológicas para agir.

A verdadeira modernização da segurança pública passa pela valorização do capital humano: mais efetivo, mais treinamento, mais cuidado com a saúde mental dos nossos agentes.

Câmeras corporais podem ser um recurso interessante no futuro, mas, neste momento, representam um desperdício de recursos que poderiam ser melhor aplicados em áreas críticas. A segurança pública precisa de investimentos urgentes em pessoas, não em tecnologia que, sozinha, não resolverá os problemas enfrentados por quem está na linha de frente.

É preciso que Governo Federal e os governos estaduais mudem o foco urgentemente. Cabe ao Governo Federal subsidiar e financiar os governos estaduais na garantia de melhoria da prestação de serviço dos policiais militares.

Hoje, o que precisamos é de efetivo, de treinamento, de apoio psicológico e precisamos, hoje e sempre, que todos os agentes de segurança pública de nosso país sejam valorizados e colocados em primeiro lugar. Sem isso, qualquer outro investimento será ineficaz. O Brasil precisa de segurança de verdade, não de soluções superficiais.

\*CORONEL FERNANDA é deputada federal em Mato Grosso

# A anistia que não deve ser

Ricardo Viveiros (\*)



Existe a proposta de anistiar aqueles que, em 8 de janeiro de 2023, vandalizaram os prédios dos três poderes em Brasília. Tal movimento em busca de perdão para terroristas é não apenas equivocado, mas um verdadeiro atentado ao estado democrático de direito. A Constituição Federal, no artigo 5º, inciso XLIII, é clara: "[...] a prática do terrorismo não é passível de anistia.". Essa premissa deve ser defendida com tenacidade, pois a anistia que se articula pode abrir perigoso precedente. Além do que, no "passar o pano", está a intenção de beneficiar o ex-presidente Jair Bolsonaro, indiciado e inelegível.

Em uma democracia, a legitimidade do poder emana do respeito às instituições e à ordem constitucional. Ao conceder perdão a baderneiros, que atacaram símbolos da nossa república, corre-se o risco de legitimar uma cultura de impunidade. A ideia de que ações violentas de golpistas podem ser relevadas afronta aqueles que lutam pela democracia. Seria um incentivo ao desrespeito às instituições, no qual a desestabilização se torna estratégia viável para aqueles que não aceitam o legítimo resultado das urnas.

A polarização política que permeia nosso país é evidente e danosa. Entretanto, o diálogo e a negociação são sempre preferíveis à violência. A anistia a atos terroristas não apenas deslegitimaria os esforços de pacificação e reconciliação, mas também incentivaria a ocorrência de novos episódios de vandalismo e desrespeito à Constituição. Afinal, se os autores de ações criminosas se sentirem seguros de que não haverá consequências, o ciclo de violência poderá gerar novos eventos, como o recente ataque com bombas ao STF.

O que se espera de um Estado democrático é a proteção de suas instituições, e isso passa pela responsabilização de quem

comete crimes. A anistia, portanto, não representa um gesto de paz, mas sim uma capitulação diante de atos ao arrepio da lei. Não podemos nos esquecer de que o uso da força para derrubar a ordem estabelecida deve ser tratado com rigor, e a impunidade não pode ser a resposta.

É importante criar um ambiente em que as divergências sejam resolvidas por meio do diálogo e da política, e não pela destruição do patrimônio público em nítido recado de repúdio à democracia. Alguns argumentam que a anistia é um caminho para a reconciliação. No entanto, essa abordagem ignora a gravidade dos atos cometidos e o impacto que tiveram sobre a sociedade. A reconciliação verdadeira se baseia no reconhecimento dos erros, na busca pela justiça e na reparação das vítimas. O castigo pune, o arrependimento educa.

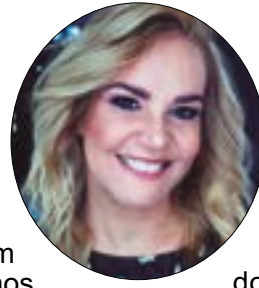
A sociedade brasileira precisa ser capaz de distinguir o legítimo exercício da liberdade de opinião do ódio manifestado em nome dela. A anistia a terroristas não é apenas uma questão legal; é uma questão moral. Devemos nos lembrar das lições do passado e dos riscos que corremos ao minimizar a gravidade de atos irresponsáveis.

O momento é de reafirmar nosso compromisso com a democracia e com a justiça, não apenas em palavras, mas em ações. O respeito às instituições e à lei deve ser inegociável. A anistia não é a resposta; a responsabilidade, sim. Vamos construir um futuro em que a violência não seja a solução, mas, sim e em especial, o respeito mútuo e a efetiva busca pelo desenvolvimento sob o princípio da paz.

\*RICARDO VIVEIROS é jornalista, professor e escritor, é doutor em Educação, Arte e História da Cultura; autor, entre outros livros, de A vila que descobriu o Brasil, Justiça seja feita e Memórias de um tempo obscuro.

# Mudanças no Fundeb

Fabiana Wanderley (\*)



As recentes alterações no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) prometem transformar o panorama do ensino especial no Brasil. Em 2024, pela primeira vez em 17 anos, os recursos destinados a estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação receberam um aumento expressivo, destacando-se como marco no compromisso com a inclusão educacional e em políticas públicas mais equitativas.

**Fortalecimento do AEE**  
Um dos avanços mais significativos é o incentivo para a matrícula de crianças e jovens no Atendimento Educacional Especializado (AEE). O serviço, realizado em salas preparadas e disponibilizado geralmente no contraturno escolar, é destinado ao atendimento de necessidades específicas de alunos com deficiência. Além de reforçar o aprendizado, promove o desenvolvimento de habilidades e competências, abrangendo desde neurodivergentes até deficientes auditivos, visuais e motores.

Com as mudanças, as escolas que oferecem AEE passam a receber verbas adicionais substanciais. Além do valor padrão por matrícula – que em São Paulo, por exemplo, é de R\$ 5.891,64 –, a escola recebe 100% a mais para cada estudante matriculado no AEE, mais um adicional de 40% como incentivo. Em números, isso eleva o valor recebido por aluno para R\$ 14.140,24 no estado de São Paulo, ou até R\$ 18.811,21 no Amapá, considerando as diferenças regionais.

**A relevância do aumento no fator de ponderação**

Historicamente, os alunos com necessidades especiais eram marginalizados em termos de financiamento, com recursos mínimos destinados a atender essa demanda. As alterações no Fundeb elevaram o fator de ponderação de 1,20 para 1,40, em 2024, o que representa uma mudança significativa. Esse novo coeficiente assegura que as escolas recebam 40% a mais por matrícula na área especial em relação ao valor pago nos anos iniciais do ensino fundamental em áreas urbanas. Outro avanço importante é o financiamento da dupla matrícula para estudantes que frequentam o AEE. Isso significa que as verbas são calculadas somando os valores destinados às matrículas na turma regular e no AEE, garantindo suporte financeiro mais robusto para atender às necessidades desses alunos.

Perspectiva histórica e pedagógica

A evolução do ensino inclusivo no Brasil reflete mudanças paradigmáticas ao longo das décadas. Até os anos 1930, os cuidados com estudantes com deficiência eram majoritariamente clínicos, responsabilidade do Ministério da Saúde. Somente com a criação do Ministério da Educação, e com o movimento da Escola Nova, foi que a abordagem pedagógica começou a ser incorporada, valorizando a aprendizagem e as diferenças individuais. Apesar disso, o dinheiro destinado a essa modalidade permaneceu escasso por décadas.

Com o Fundeb, a inclusão finalmente ganha o reconhecimento e o investimento que sempre necessitou. O aumento nos repasses demonstra o esforço concreto para operacionalizar o sistema, indo além do discurso e garantindo condições financeiras para o desenvolvimento dos alunos com necessidades educacionais especiais.

**Verbas e autonomia na gestão**

Um aspecto interessante das novas diretrizes é a flexibilidade na utilização dos recursos. Embora os valores adicionais sejam destinados à inclusão, os gestores escolares têm autonomia para redirecioná-los para outras áreas prioritárias, desde que respeitem a regra de aplicar 70% do total na folha de pagamento dos profissionais. Essa liberdade pode ser estratégica para fortalecer toda a estrutura escolar, ampliando o impacto das mudanças.

As transformações ocorridas no Fundeb em 2024 simbolizam um avanço histórico no ensino inclusivo no Brasil. O aumento significativo dos recursos e a priorização da educação especial refletem a preocupação genuína com o desenvolvimento e a aprendizagem de estudantes com deficiência. Ao garantir investimentos mais robustos e flexíveis, o governo dá um passo concreto para consolidar a inclusão como pilar central do sistema educacional, promovendo o futuro mais justo e acessível para todos.

\*FABIANA WANDERLEY é professora associada da UFRPE e diretora científica da Cognvox, programa de Desenvolvimento Cognitivo para pessoas neurodiversas focado em educação. A startup faz parte do portfólio da Leonora Ventures, corporate venture builder catarinense que tem a missão de impulsionar o crescimento de startups que atuam com tecnologias inovadoras no setor de varejo, logística e educação; – e-mail: leonoraventures@nbpress.com.br

## PUBLICIDADE LEGAL

ANUNCIE BALANÇOS,  
EDITAIS E AVISOS.

(65) 99228-9990

ATAS • EDITAIS • BALANÇOS • EXTRAVIOS  
• CONVOCAÇÕES • REGULAMENTOS  
ESTATUTOS • AVISOS DE LICITAÇÕES...

**Jornal ESTADÃO**  
Mato Grosso  
FUNDADOR  
GEANDRÉ FRANK LATORRACA DRT - 0003325/MT  
MICHELLE DORILEO  
EM 2019

**DIRETOR GERAL:**  
GEANDRÉ F. LATORRACA

**DIRETOR COMERCIAL:**  
TIAGO DORILEO

**EDITOR CHEFE:**  
GABRIEL SOARES

**EDITOR ADJUNTO:**  
TARLEY CARVALHO

**EDITOR DE ARTE:**  
AQUILES A. AMORIM

**REPORTAGEM:**  
BRUNA CARDOSO  
FERNANDA LEITE  
IGOR GUILHERME  
MAIARA MAX  
THIAGO P. BALDOINO

**EDITORIA / SOCIAL MEDIA:**  
GLÁUCIA M. R. DE ALMEIDA

**ESTAGIÁRIOS:**

**COLUNISTAS SOCIAIS:**  
HEBERT MATTOS  
VALDOMIRO ARRUDA  
WARNER WILLOW

**ASSESSORIA JURÍDICA:**  
ARIADNE MARTINS FONTES - OAB/MT 12.953

**AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS:**  
AGÊNCIA BRASIL

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para: redacao@estadaomatogrosso.com.br



GUERRA ÀS FACÇÕES

# 'Mercadinho só complica a prisão'

Governador critica existência de mercados nos presídios de MT e diz que líder do CV lucrava até R\$ 70 mil por mês com as vendas

Gilberto Leite | Estadão Mato Grosso



Mauro adiantou que a Secretaria de Segurança já deu um parecer favorável ao projeto

**Bruna Cardoso |  
Fernanda Leite**

O governador Mauro Mendes (União) acredita que a existência de "merca-

dinhos" nas unidades prisionais do Estado prejudica o sistema de segurança pública. Na semana passada, Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) apro-

vou um projeto de lei que endurece a fiscalização e funcionamento de mercados e cantinas nos presídios. Apesar de o projeto ter sido apresentado pelo Exe-

cutivo, o texto recebeu um substitutivo integral durante a tramitação na Assembleia Legislativa, pois os deputados resolveram ouvir recomendações do desembargador Orlando Perri e fazer os ajustes necessários na matéria.

Conforme o projeto, a comercialização de produtos e objetos permitidos e não fornecidos pela direção da penitenciária deverá ser gerida pelos Conselhos da Comunidade, que ordenará de instalações e serviços que atendam aos presos nas suas necessidades pessoais, além de locais destinados à venda de produtos e objetos permitidos e não fornecidos pelo Estado.

Apesar de citar o artigo 20 da lei, o governador deixou de acrescentar que o PL autoriza o funcionamento do comércio em presídios.

"Devem ser encerradas imediatamente todas as atividades de comércio, com

remoção de todas as estruturas que servem como cantinas, mercadinhos e similares que não estiverem em consonância com o disposto nesta lei", consta na mensagem.

Aos jornalistas, Mauro não confirmou se irá vetar o texto e disse que ainda irá analisá-lo. Porém, adiantou que a Secretaria de Estado de Segurança já deu um parecer favorável ao projeto, sinalizando que os principais objetivos foram atingidos. Ele ainda citou que há uma decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para extinguir os 'mercadinhos' das unidades prisionais.

"Tenho um parecer favorável, o mercadinho não ficou liberado, conforme o artigo 20 da lei. A opinião minha e do Executivo é que é desnecessário esse mercadinho que só complica a própria operacionalidade do sistema de segurança pública. Vou esperar chegar a lei [para avaliar]. Exis-

te uma decisão do CNJ que está proibido e tem que encerrar. Vai criar problemas para nós administrarmos depois, não precisamos criar problemas para resolvermos depois, isso só vai dar confusão como deu até hoje", afirmou.

Mauro havia enviado um projeto de lei à ALMT pedindo a extinção dos mercadinhos, porém após uma articulação do desembargador Orlando Perri, supervisor do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo (GMF-MT), os deputados votaram por regulamentar os empreendimentos, entretanto, com mudança nas regras de seu funcionamento.

Por fim, Mauro lembrou que o líder do Comando Vermelho, "Sandro Louco", confessou em depoimento que recebia R\$ 70 mil por mês com as vendas em seu mercadinho na Penitenciária Central do Estado (PCE).

## RUMO A 2026

# Janaina mantém projeto de disputar senatória

Gilberto Leite | Estadão Mato Grosso

**Bruna Cardoso |  
Fernanda Leite**

A deputada estadual Janaina Riva (MDB) afirmou que mantém o nome dela para disputar uma vaga no Senado Federal nas eleições de 2026. Faltando pouco mais de um ano para a definição dos candidatos, a emedebista pontuou que não pretende recuar de seu projeto político, que não deverá ser de fácil, diante dos nomes que já anunciaram ter a pretensão de disputar o cargo.

"Sim, independente de qualquer cenário, eu não dependo de ninguém a não ser do próprio MDB para fazer a construção desse projeto. Não posso ficar esperando o fulano, ciclano e beltrano. Eu tenho que fazer o meu trabalho", disse.

A parlamentar avalia que já deu sua parcela de contribuição na Assembleia Legislativa (ALMT) e

que agora deve trilhar novos desafios e abrir espaço para outras lideranças.

"Eu acho que aqui na Assembleia encerra realmente um ciclo, já são três anos [mandatos], algumas pessoas falam para mim: 'você vai sair da Assembleia, ela é tão boa, as condições da Assembleia são tão boas'. Acho que a gente não pode se acomodar na vida pública, né?! Nós temos que ser passageiros", disse.

Apesar de o MDB não ter conquistado grandes prefeituras municipais nas eleições de 2024, a deputada disse que vê o partido como um dos mais preparados para concorrer o pleito de 2026. Isto porque, os candidatos a prefeitos que não conseguiram vencer nos municípios vão concorrer às vagas disponíveis de deputados federais e estaduais.

"A gente deixou de ganhar prefeituras importantes, mas foi muito positivo

a gente concorrer na maioria, coisa que há muitos anos não acontecia com o MDB. E é claro que todo esse quadro agora que disputou a eleição em 2024, vão disputar em 2026. São candidatas a federais e candidatas a estaduais. Então hoje, talvez de todos os partidos, eu vejo que o MDB é que tem uma chapa mais consolidada", explicou.

**PRÉVIAS DO PARTIDO** - Janaina disse não ver problemas em "brigar" nas prévias contra o ex-prefeito Emanuel Pinheiro, que também tem seu nome ventilando para pleitear a mesma vaga pelo MDB. A parlamentar destacou que o colega de partido tem liberdade de pleitear seu espaço internamente. Contudo, disse que tudo será avaliado pelo grupo.

Após diversas desavenças políticas, Janaina falou que mantém uma relação "trivial" com o ex-prefeito.



Janaina avalia que já deu sua contribuição como deputada estadual e quer alçar 'voos maiores'

"Já brigamos muito politicamente, tivemos muitas divergências, principalmente dentro do MDB. Ele tem um filho que é

deputado federal, que é o Emanuelzinho, e não vejo essa possibilidade de expulsão. Agora, esta questão de disputar qualquer

cargo, já é outra coisa, e isso vai ser discutido pela estadual. Se ele quiser [disputar as prévias], ele pode", detalhou.

## ECONOMIA

### ATENÇÃO, EMPRESÁRIOS!

# Empresas têm até dia 31 para voltar ao Simples

Da redação

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Mato Grosso (Sebrae/MT) orienta sobre a aproximação do prazo final para enquadramento ao Simples Nacional. Os Microempreendedores Individuais (MEIs), as Microempresas (MEs) e as Empresas de Pequeno Porte (EPPs) têm até o dia 31 de janeiro para regularizar a situação e garantir os benefícios desse regime tributário simplificado.

O Simples Nacional é um regime tributário que unifica o pagamento de diversos impostos em uma única guia para facilitar a vida dos pequenos empresários e reduzir a carga tributária. A analista de Negócios do Sebrae/MT, Liliane Ramos, ressalta que, por meio do site do Simples Nacional, é possí-

vel consultar se a empresa foi excluída ou não e verificar possíveis pendências.

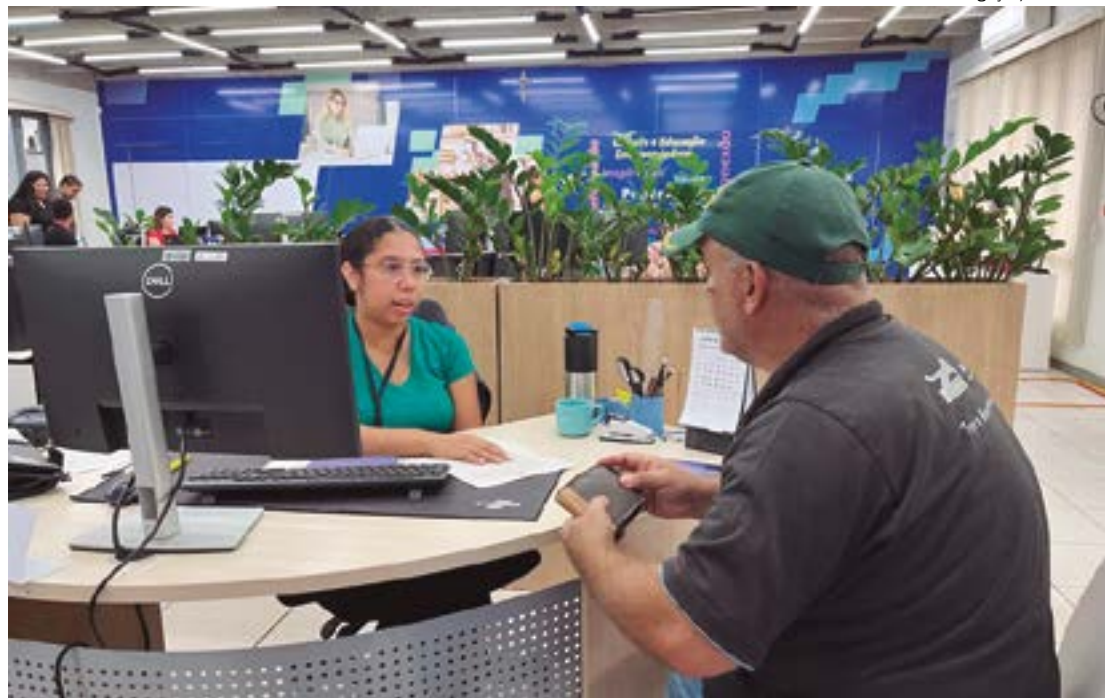
"Os empreendedores devem verificar se há pen-

dências fiscais ou cadastrais que possam impedir o reenquadramento. Regularizar essas pendências é fundamental para

evitar a exclusão do regime", explica.

Para as empresas que foram excluídas do Simples Nacional devido a

Divulgação/Sebrae-MT



Empresas que foram excluídas do Simples devido a débitos ainda têm possibilidade de regularização

débitos, ainda há a possibilidade de regularização e reenquadramento.

"É possível parcelar os débitos e solicitar a reinclusão no regime. O importante é não perder o prazo e garantir que todas as pendências sejam resolvidas", destaca.

A analista reforça que as empresas que não regularizarem a situação até o prazo final serão excluídas do Simples Nacional, o que pode resultar em uma carga tributária mais alta e maior complexidade na gestão dos impostos. "A exclusão do regime pode trazer sérios prejuízos financeiros e administrativos para os pequenos negócios. Por isso, é crucial que os empreendedores estejam atentos aos prazos e obrigações", ressalta.

Segundo a Receita Federal, dos 1.876.334 con-

tribuintes de todo o país que receberam os Termos de Exclusão enviados entre os dias 30/09/2024 e 04/10/2024, aproximadamente 1,5 milhão não regularizaram a situação e foram excluídos do Simples Nacional a partir de 1º de janeiro deste ano. Os contribuintes que estão no Simples Nacional e não foram excluídos seguem automaticamente no sistema.

O Sebrae/MT oferece atendimento gratuito para que os empreendedores possam verificar a situação cadastral e receber orientações sobre o Simples Nacional. Os interessados podem procurar as agências e unidades do Sebrae/MT, os Centros de Atendimento Empresarial (CAEs) e as Salas do Empreendedor espalhados pelo estado com um documento oficial com foto e o acesso à conta Gov.br.